



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA FEDERAL NO ESPÍRITO SANTO - SR/PF/ES  
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA - SELOG/SR/PF/ES

Processo nº 08285.001666/2026-95

## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

### 1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

1.1. O presente procedimento tem por objetivo a contratação, por inexigibilidade de licitação, da **Empresa Brasil de Comunicação S.A. (EBC)**, empresa pública federal vinculada à Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, para a prestação de serviços de publicidade legal, consistentes na publicação de atos administrativos em jornal diário de grande circulação local, regional ou nacional, em mídia impressa ou eletrônica, como condição para eficácia, produção de efeitos, publicidade e transparência dos atos praticados no âmbito da Superintendência Regional da Polícia Federal no Espírito Santo – SR/PF/ES.

1.2. A necessidade da presente contratação decorre de determinação legal, nos termos do § 1º do art. 54 da Lei nº 14.133/2021, que estabelece a obrigatoriedade de publicação de extrato do edital em jornal diário de grande circulação, sem prejuízo da divulgação integral no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme se verifica:

1.3. “Art. 54. A publicidade do edital de licitação será realizada mediante divulgação e manutenção do inteiro teor do ato convocatório e de seus anexos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

§ 1º Sem prejuízo do disposto no caput, é obrigatória a publicação de extrato do edital no Diário Oficial da União, do Estado, do Distrito Federal ou do Município, ou, no caso de consórcio público, do ente de maior nível entre eles, bem como em jornal diário de grande circulação.”

1.4. Assim, além da publicidade do inteiro teor do edital no PNCP, revela-se indispensável a veiculação de extrato em jornal diário de grande circulação, em atendimento à exigência legal e como medida de ampliação da transparência e da competitividade dos certames.

1.5. A contratação também se harmoniza com o princípio constitucional da publicidade, previsto no art. 37 da Constituição Federal, o qual impõe à Administração Pública o dever de conferir ampla divulgação aos seus atos, especialmente no âmbito das contratações públicas.

1.6. Cumpre destacar, ainda, a competência atribuída à EBC para a execução dos serviços de publicidade legal dos órgãos e entidades da administração pública federal, nos termos do art. 8º, inciso VII, da Lei nº 11.652/2008, circunstância que fundamenta a inviabilidade de competição e, consequentemente, a contratação por inexigibilidade.

1.7. Além disso, conforme consta no processo 08285.000237/2021-96, o Contrato nº 09/2021, celebrado com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), expira em 15/04/2026, momento em que atinge o limite máximo de 60 (sessenta) meses de vigência, nos termos previstos na cláusula 9.1 do referido instrumento, não sendo admitida nova prorrogação. Diante disso, torna-se necessária a instauração de novo processo de contratação, a fim de garantir a continuidade dos serviços postais.

1.8. Necessário salientar que, nos termos do art. 109 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a Administração poderá estabelecer vigência por prazo indeterminado nos contratos em que seja usuária de

serviço público oferecido em regime de monopólio, desde que comprovada, a cada exercício financeiro, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação, circunstância que poderá fundamentar a modelagem contratual a ser adotada.

1.9. Dessa forma, a contratação dos serviços de publicidade legal mostra-se imprescindível para a regular realização dos procedimentos licitatórios e demais atos sujeitos à divulgação obrigatória no âmbito da SR/PF/ES, assegurando a observância dos princípios da legalidade, publicidade e transparência administrativa.

## 2. ÁREA REQUISITANTE

Área Requisitante	Responsável
GESCON/SELOG/SR/PF/ES	SANDALO VIANNA DOS SANTOS JUNIOR

## 3. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. A contratação direta da EBC por inexigibilidade de licitação configura hipótese de monopólio legal condicionado ao preço compatível praticado pelo mercado, instituído pelo art. 8º, VII, e §2º, II da Lei 11.652/08.

3.2. Conforme divulgação oficial do [governo federal](#) "A EBC é vista no mercado como a única agência de publicidade legal, certificada pelo Conselho Executivo das Normas-Padrão (CENP) e reconhecida pela credibilidade, agilidade, pontualidade, qualidade e segurança jurídica dos serviços prestados".

3.3. Os serviços demandados são classificados como serviços contínuos, uma vez que a publicidade legal é uma necessidade permanente da Administração Pública, conforme determina o §1º do art. 54 da Lei nº 14.133/2021, além de outras normas correlatas.

3.4. Tratando-se de contratação em regime de monopólio por inexigibilidade de licitação o requisito primordial da presente contratação é o atendimento à Lei 11.652/2008 e à Lei 14.133/2021 no que for pertinente.

3.5. Neste sentido, não há que se falar em requisitos de sustentabilidade, indicação de marcas e modelos, subcontratação, garantia da contratação, reserva de cotas para micro ou pequenas empresas, margem de preferência ou qualquer demais requisitos elencados neste item em contratações comuns.

## 4. LEVANTAMENTO DE MERCADO

4.1. Haja vista a determinação do art. 54, §1º, da Lei nº 14.133/21, combinada com a Lei nº 11.652/2008, art. 8º, VII e seu §2º, que estabelecem que a competência para a distribuição de publicidade legal para a Administração Federal é da EBC, não foram analisadas outras opções disponíveis no mercado a exemplo de contratação direta de jornais ou de empresas de intermediação de publicação em jornais.

4.2. O §2º do art. 8º da Lei nº 11.652/2008, preconiza que a contratação da EBC por órgãos da administração pública, deve ocorrer desde que o preço contratado seja compatível com o de mercado, o que é ratificado no parecer referencial da AGU nº PARECER REFERENCIAL n. 00001/2025/DISEMEX/SCGP/CGU/AGU (145041636).

4.3. Conforme se obtém do Relatório de Jornais Impressos extraídos da plataforma da EBC a praça de jornais impressos no Estado do Espírito Santo está limitada a dois veículos de mídia: o Jornal A TRIBUNA e o Jornal ES HOJE. No intuito de obter os valores de publicação praticados no mercado, especificamente nos aludidos jornais, foi realizada consulta por e-mail aos dois veículos de comunicação com pedido de orçamento para publicação de Aviso de Edital já publicado via EBC, cujo arquivo foi encaminhado como anexo.

4.4. A cotação direta retornou os seguintes valores, conforme documentos acostados ao processo (145029960):

<b>Fornecedor</b>	<b>Preço</b>
Jornal A Tribuna	R\$ 1536,00
Jornal ES Hoje	R\$ 477,00

4.5. No último ano (2025) as publicações realizadas pela SR/PF/ES foram todas realizadas no Jornal A Tribuna por razões de circulação e acesso facilitado ao conteúdo do Jornal. O valor médio das publicações é de aproximadamente R\$ 805,60 conforme se verifica na tabela abaixo e dos dados extraídos das Notas Fiscais de Pagamento (145029967) constantes no processo de pagamento 08285.000195/2025-17:

<b>FATURA Nº</b>	<b>PREGÃO Nº</b>	<b>DATA PUBLICAÇÃO</b>	<b>VALOR</b>
8032358	90010/2024	03/12/2024	R\$ 716,03
8041148	90001/2025	12/06/2025	R\$ 682,00
8041504	90003/2025	26/06/2025	R\$ 818,40
8042502	90003/2025	11/07/2025	R\$ 954,80
8047692	90004/2025	09/10/2025	R\$ 818,40
8050116	90005/2025	31/10/2025	R\$ 818,40
8050361	90006/2025	13/11/2025	R\$ 818,40
8051697	90008/2025	04/12/2025	R\$ 818,40
<b>MÉDIA</b>			<b>R\$ 805,60</b>

4.6. No caso em exame, conclui-se que o valor praticado pela EBC para as publicações demandadas pelo órgão contratante mostra-se compatível com aqueles observados no mercado. Tal compatibilidade revela-se ainda mais evidente quando se considera que o mercado estadual é extremamente restrito e que os veículos de comunicação concedem descontos significativos para anúncios veiculados por meio do agenciamento da EBC.

4.7. Cumpre ressaltar que o mencionado Parecer Referencial destaca que “os preços da EBC devem ter correlação com os de mercado. Portanto, deve ser realizada ampla pesquisa de preços”. Acrescenta, ainda, que “a empresa pública disponibiliza sistema operacional para que os órgãos e entidades verifiquem os valores cobrados pela EBC em relação ao meio de comunicação selecionado”, concluindo que “a vantagem da proposta deve ser analisada à luz do mesmo anúncio e veículo”.

4.8. Dessa forma, ao se comparar o preço praticado no mercado pelo veículo selecionado — jornal *A Tribuna*, no valor de R\$ 1.536,00 — com a média dos valores pagos no ano de 2025, correspondente a R\$ 805,60, constata-se a compatibilidade dos preços oferecidos. Tal constatação atrai a vedação de licitar por parte dos órgãos e entidades públicos, sendo, portanto, impositiva a contratação direta por intermédio da EBC.

## **5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO**

5.1. A solução a ser contratada envolve:

5.1.1. a disponibilização de acesso ao portal publicidadelegal.ebc.com.br, com perfis de usuário que possam tanto cadastrar os pedidos de orçamento, como pedidos de inserção e também

aprovar a publicação de matérias, além de consultar o andamento dos pedidos e acessar os comprovantes de publicação;

5.1.2. a diagramação das matérias enviadas para orçamento ou inserção, garantindo o atendimento às normas de publicidade legal aplicáveis, inclusive no que se refere ao uso das marcas do Governo Federal e da Polícia Federal;

5.1.3. a oferta de possibilidade de publicação em jornais de grande circulação no Espírito Santo; e

5.1.4. todas as demais providências necessárias para a correta distribuição da publicidade legal cuja competência legal seja da Empresa Brasil de Comunicação - EBC.

5.2. Necessário salientar que, nos termos do art. 109 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a Administração poderá estabelecer vigência por prazo indeterminado nos contratos em que seja usuária de serviço público oferecido em regime de monopólio, desde que comprovada, a cada exercício financeiro, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação, circunstância que poderá fundamentar a modelagem contratual a ser adotada.

5.3. Desta forma, a solução envolve a contratação dos serviços contínuos de distribuição da publicidade legal junto à Empresa Brasil de Comunicação - EBC, a partir do reconhecimento de inexigibilidade de licitação, conforme determinação da Lei nº 11.652/2008, art. 8º, VII, c/c o art. 9º, §3º, do Decreto nº 6.555/2008, e com fulcro no Art. 74, caput da Lei nº 14.133/21.

**6. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES E VALORES**

6.1. Para a adequada definição das quantidades a serem contratadas, adotou-se como critério metodológico a análise do histórico de procedimentos licitatórios realizados pela Superintendência Regional da Polícia Federal no Espírito Santo (SR/PF/ES) nos últimos três anos, com o objetivo de apurar a média anual e, por conseguinte, a média mensal de publicações em jornais de grande circulação.

6.2. No exercício de 2023, foram realizados 12 (doze) procedimentos licitatórios. Em 2024, registraram-se 10 (dez) procedimentos, enquanto, em 2025, foram realizados 7 (sete) procedimentos. Assim, considerando o triênio analisado, obtém-se uma média anual de 9,66 (nove vírgula sessenta e seis) procedimentos licitatórios, o que corresponde a uma média mensal aproximada de 0,81 (zero vírgula oitenta e um) procedimento.

6.3. Cumpre destacar, contudo, que cada procedimento licitatório pode demandar mais de uma publicação, especialmente em razão de retificações, alterações no edital, respostas a impugnações ou esclarecimentos, hipóteses que ensejam nova divulgação do certame. Diante dessa realidade, estimou-se a média de 2 (duas) publicações por procedimento licitatório.

6.4. Aplicando-se tal parâmetro, chega-se a uma média mensal estimada de 1,62 (um vírgula sessenta e dois) publicações e a uma média anual aproximada de 19 (dezenove) publicações.

6.5. Não obstante, considerando tratar-se de contratação de natureza continuada e sujeita a variáveis institucionais, orçamentárias e operacionais, entende-se necessária a aplicação de margem de segurança de, no mínimo, 40% (quarenta por cento), a fim de absorver eventuais oscilações ao longo do período de vigência contratual. Com a adoção dessa margem, projeta-se a necessidade aproximada de 26 (vinte e seis) publicações anuais.

6.6. As oscilações mencionadas podem decorrer de diversos fatores, tais como: eventual incremento de pessoal — considerando que, atualmente, o setor de licitações conta com apenas um servidor —, ampliação do orçamento institucional, com consequente aumento do número de procedimentos licitatórios, bem como maior incidência de impugnações, pedidos de esclarecimentos e retificações de editais, entre outros eventos que demandem novas publicações oficiais.

DESCRIÇÃO	Cálculo	Resultado
Procedimentos licitatórios realizados em 2023	-	12

DESCRIÇÃO	Cálculo	Resultado
Procedimentos licitatórios realizados em 2024	-	10
Procedimentos licitatórios realizados em 2025	-	7
Média anual de procedimentos (triênio)	$(12 + 10 + 7) \div 3$	9,66
Média mensal de procedimentos	$9,66 \div 12$	0,81
Estimativa de publicações por procedimento	2 publicações	-
Média mensal de publicações	$0,81 \times 2$	1,62
Média anual estimada de publicações	$9,66 \times 2$	19
Aplicação de margem de segurança (40%)	$19 \times 40\% = 7,6$	-
Estimativa anual com margem de segurança	$19 + 7,6$	26

6.7. De posse destes números, necessário estabelecer a média de gastos praticada nos últimos 12 meses.

6.8. O processo de pagamento 08285.000195/2025-17 apresenta as Notas Fiscais (145029967) decorrentes das publicações realizadas no ano de 2025 e podem ser compiladas conforme demonstrativo abaixo:

FATURA Nº	PREGÃO Nº	DATA PUBLICAÇÃO	VALOR
8032358	90010/2024	03/12/2024	R\$ 716,03
8041148	90001/2025	12/06/2025	R\$ 682,00
8041504	90003/2025	26/06/2025	R\$ 818,40
8042502	90003/2025	11/07/2025	R\$ 954,80
8047692	90004/2025	09/10/2025	R\$ 818,40
8050116	90005/2025	31/10/2025	R\$ 818,40

FATURA N°	PREGÃO N°	DATA PUBLICAÇÃO	VALOR
8050361	90006/2025	13/11/2025	R\$ 818,40
8051697	90008/2025	04/12/2025	R\$ 818,40
<b>MÉDIA</b>			<b>R\$ 805,60</b>

6.9. Cumpre destacar tratar-se de despesa de natureza variável, cujo valor global dependerá do quantitativo efetivamente demandado e de fatores como o volume de publicações e os veículos de comunicação utilizados, conforme práticas usuais de mercado.

6.10. Com base na metodologia descrita e no preço médio praticado nos últimos 12 (doze) meses, de R\$ 805,60 (oitocentos e cinco reais e sessenta centavos) por publicação, conforme notas fiscais anexas, estima-se uma despesa média anual de R\$ 20.945,60 (vinte mil novecentos e quarenta e cinco reais e sessenta centavos) correspondendo a uma média mensal de R\$ 1.745,46 (um mil setecentos e quarenta e cinco reais e quarenta e seis centavos) nos termos abaixo:

Item	Descrição	Local	CATSER	Unidade de Medida	Quantidade (Anual)	Valor Unitário	Valor Total Mensal	Valor Total Anual
1	Contratação da Empresa Brasileira de Comunicação (EBC) para distribuição da publicidade legal impressa e/ou eletrônica para atender às necessidades da Superintendência Regional da Polícia Federal no Espírito Santo - SR/PF/ES.	SR/PF/ES	16152	Publicações	26	R\$ 805,60	R\$ 1745,46	R\$ 20.945,60
<b>TOTAL</b>								<b>R\$ 20.945,60</b>

6.11.

## 7. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

7.1. A solução não comporta o parcelamento, porque envolve item único (contratação de serviços de distribuição de publicidade legal).

## 8. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

8.1. Não se verificam contratações correlatas, nem interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

## 9. BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO

9.1. Os resultados pretendidos é o atendimentos das normas constitucionais, legais e infra legais, em especial as regras atinentes a publicidade e transparência dos atos administrativos.

9.2. Dar publicidade, de forma célere, aos avisos, extratos de editais, relatórios e outros comunicados da Superintendência Regional da Polícia Federal no Espírito Santo – SR/PF/ES, que, enquanto órgão da Administração Pública Federal, esteja obrigada a divulgar por força de lei ou regulamento.

9.3. A economicidade virá em consequência da utilização de boas práticas, a exemplo: da consulta direta de preços com o veículo de distribuição e, se for o caso, negociação de valores com a Contratada; e utilização do padrão de redação oficial em textos concisos.

## **10. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO**

10.1. A demanda está alinhada com o Plano Estratégico 2024-2027 da Polícia Federal, conforme a visão de futuro e objetivo estratégico que a PF quer alcançar rumo a sua transformação organizacional, buscando cada vez mais padrões de eficiência na prestação da sua missão precípua de segurança pública, atuando como a polícia judiciária da União, do qual citamos os principais aspectos:

Objetivos Estratégicos contidos no Plano Estratégico 2024-2027 da Polícia Federal:

*Polícia Administrativa: Servir à sociedade com excelência e transparência;*

*Governança: Transformar a PF numa instituição orientada pela estratégia e governança;*

*Pessoas e Estrutura: Formar a polícia do futuro, moderna e inovadora.*

10.2. A demanda está incluída no Plano de Contratação Anual 2026, conforme dados abaixo:

a) ID PCA no PNCP: 00394494000136-0-000041/2026

b) Data de publicação no PNCP: 03/07/2025

c) Id do item no PCA: 144

d) Classe/Grupo: 929 - OUTROS SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO E TREINAMENTO

e) Identificador da Futura Contratação: 200352-2/2026

## **11. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS**

11.1. Finalização da instrução processual e consequente contratação dos serviços.

## **12. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS**

12.1. Não há impactos ambientais diretos relacionados a contratação em tela.

12.2. Os serviços prestados não produzem resíduos, são demandados e produzidos em meio telemático e nas dependências da contratada.

## **13. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE**

13.1. Esta Equipe de Planejamento declara viável a contratação, por todos os elementos expostos neste ETP, especialmente pelos motivos elencados abaixo:

13.2. As licitações efetuadas sob a égide da nova Lei de Licitações (14.133/2021) devem ser publicadas em jornal diário de grande circulação (art. 54, §1º);

13.3. No cumprimento de seu dever constitucional a Polícia Federal se depara frequentemente com a necessidade de publicar avisos de licitação em jornais de grande circulação, para atender o princípio constitucional da publicidade e também visando a ampliar a competição, conforme art. 54 da Lei nº 14.133/21;

13.4. A contratação tem amparo legal no Caput do artigo 74 da Lei 14.133/218 e no art. 8º, inciso VII, e § 2º, inciso II, da Lei nº 11.652/2008;

13.5. O objeto a ser contratado enquadra-se na categoria de serviço comuns, (publicidade legal) de natureza continuada, tendo em vista que sua interrupção pode comprometer a continuidade das atividades meio da Polícia Federal;

13.6. A prestação do serviço constitui-se em atividade essencial e imprescindível ao bom andamento das atividades meio e fim da Polícia Federal.

## **14. RESPONSÁVEIS**

**SANDALO VIANNA DOS SANTOS JUNIOR**

Agente Administrativo  
Integrante Requisitante

**CARLOS MANOEL GRATEX RIBEIRO**

Escrivão de Polícia Federal  
Integrante Técnico

**THUANE BROEDEL ANDRADE**

Escrivã de Polícia Federal  
Integrante Administrativo



Documento assinado eletronicamente por **SANDALO VIANNA DOS SANTOS JUNIOR, Gestor de Contrato**, em 11/03/2026, às 14:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **THUANE BROEDEL ANDRADE, Escrivão(a) de Polícia Federal**, em 11/03/2026, às 14:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS MANOEL GRATEX RIBEIRO, Gestor Financeiro, Substituto(a)**, em 12/03/2026, às 15:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0&cv=145029965&crc=2D5148F2](https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=145029965&crc=2D5148F2).  
Código verificador: **145029965** e Código CRC: **2D5148F2**.